



T1530001N

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA JURÍDICA 2026

RESIDENTE JURÍDICO (DIREITO)

NOME

INSCRIÇÃO

Após a autorização do fiscal, transcreva, no local indicado na Folha de Respostas, a seguinte frase:
A ética é o caminho para decisões que impactam positivamente a sociedade.

Nível
SUPERIOR

PROVA

01

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher
o Número da Prova.
O não preenchimento
levará à
desclassificação.



Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **oitenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.



Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.



Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões, o qual poderá ser levado somente ao término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.



Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOCP**, no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aocp



Direito Administrativo e Constitucional

1

Um Estado da Federação editou lei condicionando a prestação do serviço de transporte individual privado remunerado de passageiros por motocicletas, intermediado por plataformas digitais, à prévia autorização e regulamentação específica pelos Municípios. Nos termos da norma, enquanto inexistente ato municipal autorizativo, o serviço permaneceria proibido no respectivo território. Diante disso, legitimado constitucional propôs ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, sustentando vício de competência legislativa e violação à ordem econômica constitucional. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei estadual deve ser declarada

- (A) constitucional, pois os Estados possuem competência legislativa residual para disciplinar atividades econômicas privadas desenvolvidas em seu território.
- (B) inconstitucional, por usurpar competência privativa da União para legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes e sobre trânsito e transporte, além de afrontar os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da proteção ao consumidor.
- (C) constitucional, desde que limitada à exigência de autorização municipal, pois compete aos Municípios, com fundamento no interesse local, regulamentar os serviços de transporte individual de passageiros realizados em seu território.
- (D) inconstitucional apenas sob o aspecto material, por ofensa à livre iniciativa, inexistindo vício formal de competência legislativa.
- (E) constitucional, por tratar de matéria sujeita à competência legislativa concorrente relativa a consumo, segurança viária e proteção dos usuários de serviços de transporte.

2

De acordo com a Constituição Federal, são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade, EXCETO

- (A) o Presidente da República.
- (B) a Mesa de Assembleia Legislativa.
- (C) o Governador do Distrito Federal.
- (D) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (E) o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

3

Sobre os direitos e as garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre, para prestar socorro ou por determinação judicial, independentemente do horário.
- (B) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma estabelecidas em lei, para fins de investigação criminal, instrução processual penal, processo administrativo ou instrução processual cível.
- (C) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (D) São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Senador.
- (E) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de setenta anos, bem como para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

4

Um jornal de circulação nacional requereu ao Senado Federal cópia dos documentos que demonstrassem a utilização, por senadores da República, de verba indenizatória destinada ao custeio de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar. A Presidência da Casa Legislativa indeferiu o pedido, sob o fundamento de que os documentos solicitados seriam sigilosos e de que sua divulgação violaria a privacidade e a intimidade dos parlamentares. Esgotada a via administrativa, o veículo de imprensa pretende ajuizar a medida judicial cabível para obter acesso às informações solicitadas. Considerando esse caso, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) a ação constitucional cabível é o *habeas data*, devendo o pedido ser deferido, pois se busca o acesso a informações constantes de banco de dados mantido por órgão público.
- (B) a ação constitucional cabível é o mandado de injunção, devendo o pedido ser deferido, diante da ausência de norma regulamentadora que discipline o acesso a informações parlamentares.
- (C) a ação constitucional cabível é o mandado de segurança, devendo o pedido ser deferido, pois as verbas destinadas ao custeio da atividade parlamentar possuem natureza pública, sendo a publicidade a regra quanto às informações relativas à sua utilização.
- (D) a ação constitucional cabível é a ação popular, devendo o pedido ser deferido caso demonstrada lesão concreta ao patrimônio público ou à moralidade administrativa.
- (E) não há ação constitucional cabível para a hipótese, pois os documentos relativos a despesas parlamentares possuem natureza *interna corporis* e estão protegidos, no caso, pela intimidade e pela vida privada dos agentes políticos.

5

A respeito do Poder Executivo, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Será considerado eleito Presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria relativa dos votos, não computados os votos em branco e os nulos.
- II. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou de vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência da República o Presidente do Congresso Nacional e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- III. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- IV. O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

6

Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que compete exclusivamente ao Congresso Nacional

- (A) fixar os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder quinze dias.
- (C) conceder anistia.
- (D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional no prazo de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (E) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

7

O Ministério Público de determinado Estado da Federação identificou a necessidade de atualizar sua lei orgânica, a fim de redefinir regras sobre organização institucional, atribuições dos órgãos de execução, direitos, deveres, garantias e vedações aplicáveis aos seus membros. Diante disso, iniciou-se discussão sobre a espécie normativa adequada para disciplinar a matéria, bem como sobre a autoridade constitucionalmente legitimada a deflagrar o respectivo processo legislativo. Considerando o ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, é correto afirmar que

- (A) a matéria deve ser disciplinada por resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, de iniciativa de seu Presidente.
- (B) a matéria deve ser disciplinada por lei ordinária estadual, de iniciativa privativa do Governador do Estado.
- (C) a matéria deve ser disciplinada por lei complementar estadual, cuja iniciativa é facultada ao Procurador-Geral de Justiça.
- (D) a matéria deve ser disciplinada por lei delegada estadual, mediante solicitação do Procurador-Geral de Justiça à Assembleia Legislativa.
- (E) a matéria deve ser disciplinada por emenda à Constituição Estadual, de iniciativa privativa da Assembleia Legislativa.

8

Sobre o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) compõe-se de 11 (onze) membros nomeados pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (B) compõe-se de 12 (doze) membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- (C) compõe-se de 13 (treze) membros nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, depois de aprovada a escolha por dois terços do Senado Federal.
- (D) compõe-se de 14 (quatorze) membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) compõe-se de 15 (quinze) membros nomeados pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

9

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de mutação constitucional.

- (A) Alteração informal do sentido, do alcance ou do modo de aplicação de norma constitucional, sem modificação do texto da Constituição e sem utilização do procedimento formal de reforma constitucional.
- (B) Alteração formal do texto da Constituição, realizada por meio do procedimento de emenda constitucional previsto pelo poder constituinte originário.
- (C) Manutenção, na nova ordem constitucional, de normas infraconstitucionais anteriores que sejam materialmente compatíveis com a Constituição superveniente.
- (D) Técnica de controle de constitucionalidade pela qual se preserva a validade de norma infraconstitucional, atribuindo-lhe interpretação compatível com a Constituição.
- (E) Permanência em vigor de normas da Constituição anterior, com hierarquia infraconstitucional, quando admitida pela nova ordem constitucional.

10

Após a promulgação de uma nova Constituição Federal, a Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação iniciou processo destinado à elaboração de sua Constituição Estadual, observados os princípios estabelecidos no texto constitucional federal. Os objetivos eram organizar os Poderes estaduais, disciplinar a estrutura político-administrativa do Estado e adequar sua ordem jurídica interna à nova ordem constitucional. Dessa forma, é correto afirmar que esse caso reflete hipótese de poder constituinte

- (A) decorrente.
- (B) reformador.
- (C) difuso.
- (D) supranacional.
- (E) originário.

11

No âmbito da organização administrativa, determinado ente federativo decidiu distribuir internamente atribuições entre unidades integrantes de sua própria estrutura, criando centros especializados de competência, sem instituir nova pessoa jurídica e sem afastar a relação hierárquica existente no interior da Administração. Essa situação representa típica hipótese de

- (A) descentralização administrativa.
- (B) desconcentração administrativa.
- (C) delegação de serviço público.
- (D) descentralização por colaboração.
- (E) administração indireta.

12

Determinada lei autorizou a criação de entidade integrante da Administração Pública indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e destinada à exploração de atividade econômica. A norma previu, ainda, que a maioria das ações com direito a voto pertenceria ao ente federativo instituidor. Considerando o regime jurídico das sociedades de economia mista, é correto afirmar que essa entidade deverá ser constituída sob a forma de

- (A) sociedade anônima.
- (B) associação civil.
- (C) sociedade limitada.
- (D) fundação pública de direito privado.
- (E) empresa individual de responsabilidade limitada.

13

Considerando o disposto na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Concurso é a modalidade de licitação destinada à escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, com concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- II. É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021.
- III. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.
- IV. A aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha constitui hipótese de inexigibilidade de licitação.

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

14

João é servidor público efetivo de autarquia estadual e foi eleito Prefeito de determinado Município. Após a posse no mandato eletivo, surgiu dúvida no órgão de origem sobre a possibilidade de João permanecer no exercício do cargo efetivo, acumular remunerações, contar o tempo de serviço durante o mandato e manter sua vinculação ao regime próprio de previdência social. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre o servidor público no exercício de mandato eletivo, é correto afirmar que João

- (A) poderá acumular o exercício do cargo efetivo com o mandato de Prefeito, desde que haja compatibilidade de horários.
- (B) deverá ser afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela remuneração do cargo público ou pela remuneração do mandato eletivo.
- (C) deverá ser afastado do cargo efetivo, sendo obrigatória a percepção exclusiva da remuneração do mandato eletivo.
- (D) poderá permanecer no exercício do cargo efetivo, mas não terá o tempo de serviço contado para qualquer efeito durante o mandato eletivo.
- (E) será afastado do cargo efetivo e perderá a vinculação ao regime próprio de previdência social do ente federativo de origem.

15

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, aplica-se às empresas estatais dotadas de personalidade jurídica de direito privado, prestadoras de serviços públicos essenciais, não dedicadas à exploração de atividade econômica com finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial, o prazo prescricional de

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 5 (cinco) anos.
- (E) 10 (dez) anos.

16

Com relação à Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
- (B) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.
- (C) A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, prejudica o prosseguimento do processo, ainda que a Administração considere haver interesse público em sua continuidade.
- (D) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- (E) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

17

Moisés ocupou, sem autorização do Poder Público, terreno pertencente ao Município Alfa. Durante o período em que permaneceu no local, construiu pequena edificação, realizou melhorias no imóvel e passou a utilizá-lo para moradia. Posteriormente, o Município ajuizou ação visando à retomada do bem público. Em sua defesa, Moisés alegou que agiu de boa-fé e requereu o reconhecimento do direito de retenção do imóvel até o pagamento de indenização pelas construções e benfeitorias realizadas. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, é correto afirmar que

- (A) Moisés tem direito à retenção do imóvel, desde que comprove a boa-fé na ocupação e a realização de benfeitorias necessárias.
- (B) Moisés tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, mas não poderá exercer direito de retenção contra o Poder Público.
- (C) Moisés tem direito à indenização pelas acessões e benfeitorias, pois deve ser evitado o enriquecimento sem causa do ente público.
- (D) Moisés não tem direito à retenção nem à indenização pelas acessões e benfeitorias, pois a ocupação indevida de bem público configura mera detenção de natureza precária.
- (E) Moisés poderá adquirir a propriedade do imóvel por usucapião, caso demonstre posse mansa, pacífica e ininterrupta pelo prazo legal.

18

De acordo com o disposto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Não configura improbidade administrativa a mera nomeação ou indicação política por parte de detentores de mandato eletivo, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
- II. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e dependem do reconhecimento da produção de dano ao erário ou de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- III. Será apenado com suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração de bens no prazo determinado ou que prestar declaração falsa.
- IV. As sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

19

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública

- (A) revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- (B) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (C) celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
- (D) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (E) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

20

À luz da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas estatais, por possuírem personalidade jurídica de direito privado, não se submetem às disposições da Lei de Acesso à Informação.
- (B) Considera-se autenticidade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
- (C) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (D) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades sujeitos à Lei de Acesso à Informação, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a especificação da informação requerida, dispensada a identificação do requerente.
- (E) São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Legislação Institucional do Ministério Público

21

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito pelos poderes estaduais ou municipais; pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta; pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal; por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública.
- II. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou o grau de jurisdição em que se encontrem os processos.
- III. Nos termos da Lei Orgânica do MPGO (LCE nº 25/1998), a Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção superior do Ministério Público, funcionará em sede própria e será chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes vitalícios e em atividade na carreira, indicados em lista tríplice, elaborada na forma dessa lei, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.
- IV. O MP não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

- (A) I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas I e IV.
- (E) Apenas II e III.

22

Em Goiás, o Promotor de Justiça ZTC da 1ª Promotoria de Justiça de Goiatuba, substituto automático da 3ª Promotoria de Justiça da mesma comarca, suscitou conflito de atribuição depois de a 3ª Promotoria de Justiça ter lhe encaminhado procedimento preparatório ambiental invocando independência funcional. Anteriormente, o Conselho Superior afastou declínio de atribuição da 3ª Promotoria de Justiça, em questão ambiental, para o Ministério Público Federal e lhe devolveu os autos.

A partir desse caso prático, assinale a alternativa correta.

- (A) É equivocada a posição adotada pelo Promotor de Justiça ZTC porque viola o princípio da unidade institucional.
- (B) É acertada a posição adotada pelo Promotor de Justiça ZTC porque preserva a sua independência funcional da 3ª Promotoria de Justiça.
- (C) É correta a posição adotada pelo Promotor de Justiça ZTC, pois a independência funcional, garantia constitucional dos membros do Ministério Público, não autoriza a 3ª Promotoria de Justiça a recusar atuação em procedimento cuja atribuição tenha sido reconhecida pelo Conselho Superior, após o devido processo legal.
- (D) A independência funcional garante aos membros a liberdade para formar sua convicção sobre o mérito da atuação e se estende inclusive à definição de atribuições, matéria de natureza administrativa organizacional fixada pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (E) As decisões do Conselho Superior do Ministério Público sobre fixação de atribuições têm caráter discricionário, mas não podem ser afastadas pelo membro do Ministério Público mediante invocação da independência funcional prevista na Constituição Federal.

23

A Câmara de Vereadores de determinado município antecipou a eleição da mesa diretora da Câmara. A eleição foi realizada em 13 de agosto de 2025, para o biênio 2027/2028. O fato chegou ao conhecimento do Promotor de Justiça da comarca, por notícia anônima que solicitou providências. Considerando essa situação, assinale a alternativa correta.

- (A) Inexiste fato a ser averiguado pelo Ministério Público, pois a deliberação se encontra dentro do poder político discricionário da Câmara Municipal.
- (B) O ato praticado pela Câmara de Vereadores é criminoso e o Promotor de Justiça com atribuição na defesa do patrimônio público deverá requisitar a instauração de inquérito policial à autoridade policial ou instaurar procedimento de investigação criminal para apurar a conduta do Presidente da Câmara de Vereadores.
- (C) Diante do ato praticado pela Câmara de Vereadores e da notícia de fato, o Promotor de Justiça deverá ajuizar imediata ação civil pública para responsabilizar todos os vereadores, independentemente das providências penais aplicáveis ao ato criminoso.
- (D) Diante da notícia de fato, o Ministério Público poderá atuar de forma resolutiva, expedindo Recomendação para que a Câmara Municipal promova a anulação ou a revisão do ato, diante de possível incompatibilidade com a jurisprudência constitucional vigente, antes da adoção de medidas judiciais cabíveis.
- (E) Inexiste ilegalidade ou irregularidade, pois o ato praticado pela Câmara de Vereadores se encontra dentro de seu poder político e discricionário, inexistindo prejuízo à probidade administrativa.

24

O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais podendo

- (A) ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais; ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial; representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder; requisitar à autoridade competente para instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial; promover a ação penal por abuso de poder.
- (B) ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais; ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial, salvo os relativos à identificação genética do preso; representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder; requisitar inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial; promover a ação penal por abuso de poder.
- (C) ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, comunicado o advogado do preso no caso de entrevista pessoal; ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial; representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais; ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial; representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder; requisitar à autoridade competente a instauração de inquérito civil sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial; promover a ação penal por abuso de poder.
- (E) requerer a prisão de qualquer pessoa e comunicar imediatamente à Ordem dos Advogados do Brasil, com indicação do lugar onde se encontra o preso, com cópia dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão.

25

“[...] o postulado [...], que se revela imanente ao sistema constitucional brasileiro, repele a partir da vedação de designações casuísticas efetuadas pela chefia da instituição a figura do acusador de exceção. Esse princípio consagra uma garantia de ordem jurídica destinada tanto a proteger o membro do Ministério Público, na medida em que lhe assegura o exercício pleno independente do seu ofício, quanto a tutelar a própria coletividade, a quem se reconhece o direito de ver atuando, em quaisquer causas, apenas o promotor cuja intervenção se justifique a partir de critérios abstratos e predeterminados, estabelecidos em lei.”.

O enunciado se refere ao

- (A) princípio do promotor “ad hoc”.
- (B) princípio da unidade ministerial.
- (C) princípio da indivisibilidade do Ministério Público.
- (D) princípio da independência funcional do membro do Ministério Público.
- (E) princípio do promotor natural.

26

Considerando que, além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público, dentre muitas outras atribuições, promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, qual dos seguintes direitos NÃO é individual indisponível?

- (A) Direitos da liberdade física e de locomoção.
- (B) Direito da criança à vaga em creche ou escola pública.
- (C) Direito à saúde e integridade física.
- (D) Direito à vida.
- (E) Direito à propriedade privada.

Direito Penal e Processo Penal

27

Durante período de grave crise energética oficialmente reconhecida, foi editada lei penal que criminalizava o funcionamento de estabelecimentos comerciais não essenciais em horário proibido por ato do Poder Público, com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica. A norma foi editada para vigorar enquanto persistisse a situação extraordinária de escassez energética. No curso da vigência dessa lei, Irineu manteve em funcionamento estabelecimento comercial não essencial durante o horário proibido. Meses depois, cessada a crise energética, a lei deixou de produzir efeitos. Ainda assim, o Ministério Público ofereceu denúncia contra Irineu pela conduta praticada durante o período excepcional. Considerando o disposto no Código Penal sobre as leis temporárias e excepcionais, é correto afirmar que a lei a que se refere o caso

- (A) se trata de lei temporária, e a conduta deixou de ser punível com o encerramento de sua vigência.
- (B) se trata de lei excepcional, e a conduta deixou de ser punível em razão da cessação das circunstâncias que justificaram a edição da norma.
- (C) se trata de lei temporária, e sua aplicação a fatos praticados durante sua vigência depende de expressa previsão de ultratividade no próprio texto legal.
- (D) se trata de lei excepcional, e a conduta permanece punível, pois a lei se aplica ao fato praticado durante sua vigência, ainda que cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- (E) se trata de lei excepcional, mas sua aplicação posterior somente seria possível se a denúncia tivesse sido oferecida antes da cessação da situação excepcional.

28

Marcelo foi definitivamente condenado à pena de quatro anos de reclusão pela prática de determinado crime. Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, entrou em vigor nova lei que manteve a conduta como criminosa, mas reduziu os limites mínimo e máximo da pena abstratamente cominada ao delito. Diante desse cenário, considerando o disposto no Código Penal sobre a lei penal no tempo, é correto afirmar que a nova legislação

- (A) constitui *abolitio criminis* e retroagirá para extinguir a punibilidade de Marcelo.
- (B) constitui *novatio legis* incriminadora e não poderá retroagir, em razão do princípio da anterioridade penal.
- (C) constitui *novatio legis in pejus* e somente poderá ser aplicada aos fatos praticados após sua entrada em vigor.
- (D) constitui *novatio legis in melius* e retroagirá para beneficiar Marcelo, ainda que já tenha sobrevivido sentença penal condenatória transitada em julgado.
- (E) constitui lei penal temporária e somente será aplicável aos fatos praticados durante o período expressamente previsto para sua vigência.

29

Determinada infração penal exige que a conduta descrita no tipo seja praticada pessoal e diretamente pelo sujeito nele indicado, não bastando a existência de uma qualidade especial do agente, nem sendo possível sua execução por intermédio de terceiro. Nesse caso, considerando a classificação doutrinária dos crimes, a situação narrada corresponde a crime

- (A) comum.
- (B) próprio.
- (C) de mão própria.
- (D) material.
- (E) de mera conduta.

30

Carlos estava em um terminal rodoviário aguardando sua bagagem. Ao perceber uma mala de cor, tamanho e modelo idênticos à sua, retirou-a do local e deixou o terminal, acreditando se tratar de seu próprio pertence. Pouco depois, ao abrir a mala, constatou que os objetos em seu interior pertenciam a terceiro, ocasião em que comunicou imediatamente o ocorrido à administração do terminal. Considerando as disposições do Código Penal sobre o erro, é correto afirmar que Carlos

- (A) não responderá pelo crime de furto, em razão de erro de tipo essencial.
- (B) não responderá pelo crime de furto, em razão de erro de proibição direto.
- (C) não responderá pelo crime de furto, em razão de erro de proibição indireto.
- (D) responderá pelo crime de furto, pois o erro sobre a titularidade da coisa não afasta a tipicidade da conduta.
- (E) responderá pelo crime de apropriação indébita, pois passou a exercer posse sobre bem pertencente a terceiro.

31

Rafael, com intenção de subtrair bens de uma residência, pulou o muro do imóvel durante a madrugada, arrombou uma das janelas e ingressou na casa. Já no interior do imóvel, passou a forçar uma gaveta na qual sabia haver objetos de valor. Embora pudesse prosseguir na execução do crime sem ser notado, decidiu espontaneamente interromper sua conduta e deixou o local sem subtrair qualquer bem. Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Rafael deve se beneficiar do instituto

- (A) da tentativa.
- (B) da desistência voluntária.
- (C) do arrependimento eficaz.
- (D) do arrependimento posterior.
- (E) do crime impossível.

32

De acordo com a doutrina e a jurisprudência, o consentimento do ofendido constitui, em regra,

- (A) causa legal de exclusão da culpabilidade.
- (B) causa supralegal de exclusão da culpabilidade.
- (C) causa legal de extinção da punibilidade.
- (D) causa legal de exclusão da tipicidade.
- (E) causa supralegal de exclusão da ilicitude.

33

De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se, até o término do período de prova, o livramento condicional não for revogado, não se considerará extinta a pena privativa de liberdade.
- (B) As penas correspondentes a infrações diversas devem ser somadas para efeito de concessão do livramento condicional.
- (C) A suspensão condicional da pena estende-se às penas restritivas de direitos e à multa.
- (D) A condenação anterior à pena de multa impede a concessão do benefício da suspensão condicional da pena.
- (E) O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a trinta anos.

34

Assinale a alternativa correta acerca da extinção da punibilidade.

- (A) A morte do agente, a graça, o indulto, a perempção e a reabilitação são causas de extinção da punibilidade.
- (B) Nos crimes permanentes, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que se iniciou a permanência.
- (C) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos demais, a agravação da pena resultante da conexão.
- (D) No caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional, a prescrição é regulada pelo total da pena originalmente aplicada.
- (E) Depois de transitada em julgado a sentença condenatória, a prescrição não corre durante o tempo em que o condenado estiver preso por outro motivo.

35

Durante a madrugada, Caio abordou Renato em via pública e, mediante violência, subtraiu-lhe o aparelho celular e a carteira. No curso da ação, a violência empregada por Caio resultou na morte de Renato. Em seguida, Caio fugiu levando os bens subtraídos. Considerando a situação narrada e as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio, em tese, praticou o crime de

- (A) latrocínio.
- (B) furto qualificado pelo resultado morte.
- (C) roubo majorado em concurso material com homicídio.
- (D) homicídio qualificado em concurso formal com roubo.
- (E) extorsão qualificada pela morte.

36

Durante viagem de trabalho, Mariana, maior de idade, hospedou-se na residência de Roberto, conhecido de sua família, por indicação de parentes em comum. Após o jantar, Mariana recolheu-se ao quarto de hóspedes e adormeceu. Na madrugada, Roberto ingressou no quarto e, com o objetivo de satisfazer sua lascívia, tocou os seios de Mariana enquanto ela dormia. Instantes depois, ela despertou assustada, percebeu a conduta, afastou-se imediatamente e deixou a residência, comunicando os fatos à autoridade policial. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca dos crimes contra a dignidade sexual, Roberto praticou, em tese, o crime de

- (A) importunação sexual, pois não houve conjunção carnal.
- (B) estupro, pois houve constrangimento mediante violência presumida.
- (C) estupro de vulnerável, pois a vítima, em estado de sono, não podia oferecer resistência.
- (D) violação sexual mediante fraude, pois a vítima estava hospedada na residência do agente.
- (E) ato obsceno, pois a conduta ocorreu sem violência física efetiva.

37

Quanto aos crimes de trânsito previstos na Lei nº 9.503/1997, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Aplicam-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa os institutos despenalizadores próprios dos juizados especiais criminais, ainda que o agente esteja sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
 - II. A suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pode ser imposta isolada ou cumulativamente com outras penalidades.
 - III. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem duração de seis meses a dois anos.
 - IV. Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.
- (A) Apenas I e III.
 - (B) Apenas I e IV.
 - (C) Apenas II e IV.
 - (D) Apenas I, II e III.
 - (E) I, II, III e IV.

38

Com relação à Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre os crimes ambientais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- (B) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime previsto na Lei nº 9.605/1998 terá decretada sua liquidação forçada, e seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- (C) A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado, para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.
- (D) A pessoa jurídica somente poderá ser desconsiderada quando comprovados o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, sendo insuficiente o mero fato de sua personalidade constituir obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- (E) Nas infrações penais previstas na Lei nº 9.605/1998, a ação penal é pública incondicionada.

39

Em procedimento instaurado no Juizado Especial Criminal para apuração de infração penal de menor potencial ofensivo, o Ministério Público ofereceu proposta de transação penal, consistente na aplicação imediata de pena restritiva de direitos. O autor do fato, assistido por defensor, aceitou a proposta. Submetida à apreciação judicial, a proposta foi acolhida pelo juiz, que aplicou a sanção ajustada, nos termos da Lei nº 9.099/1995. Considerando o disposto na Lei dos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar que, contra essa decisão, é cabível

- (A) recurso em sentido estrito, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (B) agravo em execução, no prazo de 5 (cinco) dias.
- (C) apelação, no prazo de 10 (dez) dias.
- (D) recurso ordinário, no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) mandado de segurança, no prazo de 120 (cento e vinte dias).

40

Nos termos da Lei nº 12.850/2013, o conceito de organização criminosa refere-se à associação

- (A) de 3 (três) ou mais pessoas, ainda que sem estrutura ordenada, com divisão formal de tarefas, destinada à obtenção de vantagem econômica mediante a prática de crimes cujas penas mínimas sejam superiores a 4 (quatro) anos.
- (B) de 4 (quatro) ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou que sejam de caráter transnacional.
- (C) de 4 (quatro) ou mais pessoas, estruturalmente ordenada, dispensada a divisão de tarefas, com objetivo de obter vantagem exclusivamente patrimonial, mediante a prática de contravenções penais ou crimes de qualquer pena.
- (D) de 5 (cinco) ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão formal de tarefas, com objetivo de obter vantagem de natureza econômica, mediante a prática de infrações penais cujas penas mínimas sejam iguais ou superiores a quatro anos.
- (E) de 5 (cinco) ou mais pessoas, com vínculo estável e permanente, ainda que sem divisão de tarefas, destinada à obtenção de vantagem de qualquer natureza mediante a prática de crimes hediondos ou equiparados.

41

Referente à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. Compete ao Conselho Penitenciário decidir acerca da progressão e da regressão de regime.
- II. O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão de regime, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena total aplicada.
- III. Em todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão.
- IV. A ausência de vigilância direta impede a utilização de equipamento de monitoração eletrônica pelo condenado, nos casos de autorização para saída temporária.

- (A) Apenas III.
- (B) Apenas IV.
- (C) Apenas I e IV.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II, III e IV.

42

Nos termos da Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que o inquérito policial será concluído no prazo de

- (A) 5 (cinco) dias, se o indiciado estiver preso, e 10 (dez) dias, se estiver solto.
- (B) 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e 30 (trinta) dias, se estiver solto.
- (C) 15 (quinze) dias, se o indiciado estiver preso, e 45 (quarenta e cinco) dias, se estiver solto.
- (D) 20 (vinte) dias, se o indiciado estiver preso, e 60 (sessenta) dias, se estiver solto.
- (E) 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e 90 (noventa) dias, se estiver solto.

43

Referente ao acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Desde que necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, poderá o Ministério Público propor acordo de não persecução penal, independentemente de confissão formal e circunstanciada do investigado.
- (B) O acordo de não persecução penal não se aplica aos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.
- (C) O acordo de não persecução penal poderá ser formalizado por escrito ou oralmente, desde que firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e por seu defensor.
- (D) Para a homologação do acordo de não persecução penal, dispensa-se a realização de audiência judicial, competindo ao Ministério Público verificar sua voluntariedade e legalidade.
- (E) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, os autos serão devolvidos ao Ministério Público para que se inicie sua execução perante o juízo de execução cível.

44

Sobre a ação penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- (C) Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
- (D) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- (E) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.

45

Marcelo, residente e domiciliado em Londrina/PR, interessado na compra de um notebook anunciado em rede social por Carlos, residente em Goiânia/GO, realizou transferência bancária a partir de conta mantida em agência situada em Curitiba/PR para conta indicada pelo anunciante, registrada em agência situada em Salvador/BA. Posteriormente, constatou ter sido vítima de estelionato, pois o produto não foi entregue. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que a competência para o processo e o julgamento do crime será de uma das Varas Criminais de

- (A) Londrina/PR, local do domicílio da vítima.
- (B) Goiânia/GO, local de residência do investigado.
- (C) Salvador/BA, local da conta beneficiada pela transferência.
- (D) Curitiba/PR, local da agência bancária de origem da transferência.
- (E) qualquer dos locais envolvidos, firmando-se a competência pela prevenção.

46

De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo, contudo, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- (B) Quando a infração deixar vestígios, será dispensável o exame de corpo de delito se houver confissão do acusado ou outros elementos informativos suficientes para demonstrar a materialidade.
- (C) O início da cadeia de custódia dá-se com o recebimento do vestígio pela central de custódia, após sua coleta e seu acondicionamento pelos órgãos de investigação.
- (D) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário à central de custódia, mesmo quando necessária a realização de exames complementares.
- (E) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Direito Civil e Processo Civil

47

De acordo com o disposto no Código Civil, será(ão) objeto(s) de averbação em registro público

- (A) o nascimento, o casamento e o óbito.
- (B) a sentença que decretar a nulidade do casamento, a anulação do casamento, o divórcio ou a separação judicial.
- (C) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- (D) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- (E) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

48

Conforme previsto no Código Civil e para os efeitos legais, consideram-se imóveis e móveis, respectivamente,

- (A) as energias que tenham valor econômico; o direito à sucessão aberta.
- (B) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações; os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- (C) as edificações que, separadas do solo e que não conservem a sua unidade, forem removidas para outro local; os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (D) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem; as energias que tenham valor econômico.
- (E) os materiais provenientes da demolição de algum prédio; o direito à sucessão aberta.

49

João celebrou um contrato de compra e venda com Pedro, comprometendo-se a entregar-lhe, no dia 20 de junho de 2026, um trator usado, modelo X, pelo valor de R\$ 200.000, que foi integralmente pago de forma antecipada por Pedro. O contrato nada dispôs sobre acessórios e benfeitorias. No dia 08 de junho do mesmo ano, João havia instalado por sua conta, para facilitar/melhorar a última colheita que faria, um braço mecânico acoplado ao trator, avaliado em R\$ 30.000. Acontece que, no dia 10 de junho de 2026, uma tempestade imprevisível e de proporções históricas (caso fortuito) atingiu a fazenda de João. Em decorrência do evento natural, o galpão onde o trator estava guardado desabou, causando a deterioração do veículo, sem culpa do devedor. Em razão dos danos, o valor do veículo, considerado o braço mecânico, foi reduzido para R\$ 80.000, conforme avaliação realizada. Assim, considerando as disposições do Código Civil sobre o inadimplemento das obrigações de dar coisa certa e o caso narrado, assinale a alternativa correta.

- (A) Como a deterioração ocorreu sem culpa do devedor (João) e antes da tradição, Pedro é obrigado a aceitar o trator no estado em que se encontra, restando-lhe apenas o direito de exigir a devolução proporcional do valor correspondente ao braço mecânico instalado.
- (B) Pedro poderá optar por resolver a obrigação, hipótese em que João deverá restituir o valor integral pago (R\$ 200.000), ou Pedro poderá aceitar o trator no estado deteriorado, caso em que terá direito ao abatimento do preço correspondente à desvalorização sofrida no trator, mantido o braço mecânico instalado, sem aumento no preço.
- (C) Se Pedro optar por aceitar o trator no estado em que se encontra pelo valor de R\$ 80.000, João poderá exigir um aumento no preço final em razão do braço mecânico instalado (melhoramento/acréscimo). Caso Pedro não aceite o pagamento do acréscimo pelo braço mecânico, João poderá resolver a obrigação.
- (D) Por se tratar de obrigação de dar coisa certa e tendo ocorrido a deterioração por caso fortuito, opera-se a resolução automática da obrigação para ambas as partes, aplicando-se o princípio *res perit domino* (a coisa perece para o dono), não restando a Pedro a faculdade de exigir o trator no estado em que se encontra, pelo valor de R\$ 80.000.
- (E) Diante da deterioração sem culpa de João, Pedro poderá exigir o equivalente em dinheiro (R\$ 200.000) mais indenização por perdas e danos decorrentes dos lucros cessantes pela impossibilidade de uso do maquinário.

50

Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. Referida garantia não subsiste se a aquisição for realizada em hasta pública.
- (B) É vedado às partes reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (C) Subsiste para o alienante a evicção, ainda que a coisa alienada esteja deteriorada e haja dolo do adquirente.
- (D) Não se admite a evicção parcial.
- (E) Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.

51

Determinada fundação de direito privado, localizada no Estado de Goiás, gradualmente estendeu suas atividades para o Estado de São Paulo, na sequência, para Bahia e, por fim, para Minas Gerais. Nesse caso, de acordo com o disposto no Código Civil, velará por essa fundação

- (A) o Ministério Público do Estado de Goiás, somente.
- (B) o Ministério Público dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Goiás para as atividades desenvolvidas nos respectivos Estados.
- (C) o Ministério Público do Estado em que for domiciliado o maior número de associados indicados no estatuto social da fundação.
- (D) o Ministério Público Federal — Procuradoria da República em Goiás.
- (E) o Ministério Público Federal — Procuradoria-Geral da República.

52

Estão expressamente previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) como legitimados concorrentes para a propositura de ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, EXCETO

- (A) a Defensoria Pública.
- (B) o Ministério Público.
- (C) a União.
- (D) a Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) o Distrito Federal.

53

O MPGO instaurou inquérito civil para apurar a denúncia de que uma grande rede de cinemas privada do Município X estava se recusando a realizar as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade arquitetônica e de comunicação visual em suas salas de exibição. No decorrer da investigação, o Promotor de Justiça constatou que o descumprimento das normas técnicas era generalizado e afetava uma coletividade indeterminável de pessoas com deficiência. Diante do acervo probatório reunido, o membro do Ministério Público encaminhou recomendação administrativa fixando prazo para a adequação voluntária. Exaurido o prazo sem o cumprimento espontâneo por parte da empresa privada, o Ministério Público propôs ação civil pública. Considerando o caso narrado e com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público carece de legitimidade para propor ação civil pública quando o dano ou a ameaça de lesão decorrer de ato praticado exclusivamente por pessoa jurídica de direito privado, restringindo sua atuação constitucional à fiscalização de órgãos da administração pública direta ou indireta.
- (B) O descumprimento das normas de acessibilidade por parte da rede de cinemas privada enseja a atuação do Ministério Público, que possui legitimidade para propor a ação civil pública tanto para a tutela de direitos difusos e coletivos quanto para a de direitos individuais homogêneos indisponíveis das pessoas com deficiência.
- (C) Por se tratar de uma relação eminentemente consumerista no âmbito de um estabelecimento privado, a legitimidade do Ministério Público é subsidiária, dependendo obrigatoriamente da prévia manifestação de recusa ou da inércia da Defensoria Pública do Estado no polo ativo da demanda.
- (D) O Estatuto da Pessoa com Deficiência preceitua que, nas ações coletivas que visem à tutela de direitos de acessibilidade, se o Ministério Público não figurar como parte na relação processual, ele estará dispensado de atuar como fiscal da ordem jurídica, em face da autonomia privada das partes.
- (E) Na hipótese de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a rede de cinemas para a resolução extrajudicial do conflito, as multas cominatórias decorrentes do seu descumprimento reverterão integralmente e de forma exclusiva para o fundo municipal de assistência social, sendo vedada a destinação a fundos de direitos difusos.

54

O MPGO, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, instaurou inquérito civil para apurar danos causados à coletividade de consumidores em razão da explosão de baterias de um modelo específico de smartphone, fabricado pela multinacional X. Durante a investigação, apurou-se que: o defeito decorreu de um erro no projeto de isolamento térmico das células de lítio; a multinacional X importou as baterias de uma subsidiária estrangeira, mas o produto (smartphone) foi montado e comercializado no Brasil pela filial brasileira, que possui identificação clara na embalagem; um dos consumidores afetados, João, sofreu queimaduras graves. Ele tentou processar a loja/estabelecimento onde adquiriu o aparelho, mas a loja estava em dia com suas obrigações e o fabricante estava perfeitamente identificado. Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa que descreve corretamente a fundamentação jurídica para a atuação do Ministério Público e a responsabilização dos envolvidos.

- (A) O Ministério Público poderá pedir a responsabilização solidária da loja/estabelecimento onde foi adquirido o aparelho e da multinacional X, pois se trata de acidente de consumo (fato do produto).
- (B) A filial brasileira da multinacional X responde objetivamente pelos danos, não podendo eximir-se sob a alegação de que as baterias foram produzidas por sua subsidiária estrangeira, uma vez que o fabricante responde pelo fato do produto independentemente de culpa.
- (C) Caso a multinacional X comprove que o defeito inexistia ou que a culpa foi exclusiva de terceiro (como um erro na rede elétrica da residência do consumidor), sua responsabilidade será mitigada, mas não excluída, devido à teoria do risco integral adotada pelo Código de Defesa do Consumidor.
- (D) A loja/estabelecimento onde foi adquirido o aparelho responderia solidariamente se a multinacional X não tivesse representação ou filial no Brasil, ainda que identificado o fabricante.
- (E) No caso de vício do produto que comprometa a segurança, o prazo prescricional para o Ministério Público propor a ação civil pública visando à reparação dos danos patrimoniais dos consumidores é de 90 (noventa) dias, por se tratar de produto durável.

55

Sobre a remissão, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assinale a alternativa correta.

- (A) Iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a remissão, como forma de exclusão do processo.
- (B) A remissão implicará, necessariamente, o reconhecimento ou a comprovação da responsabilidade do infrator.
- (C) A medida aplicada por força da remissão poderá ser revista judicialmente, a qualquer tempo, mediante pedido expresse. Nesse caso, o pedido de revisão não poderá ser formulado pelo Ministério Público.
- (D) A remissão poderá incluir a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, inclusive a colocação em regime de semiliberdade e a internação.
- (E) Iniciado o procedimento, a concessão da remissão pela autoridade judiciária importará na suspensão ou na extinção do processo.

56

Quanto à responsabilidade civil por danos ambientais, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso de loteamento clandestino em área de preservação permanente, o Município responde de forma solidária e objetiva pelos prejuízos patrimoniais individuais dos adquirentes dos lotes irregulares, devendo indenizá-los pelo valor pago no lote.
- (B) Para a propositura de ação civil pública por danos ambientais e urbanísticos, deve ser observada a necessidade, em regra, litisconsórcio passivo necessário entre eventuais corresponsáveis.
- (C) Havendo dano ambiental no íterim de desapropriação direta, a responsabilidade ambiental será limitada ao proprietário atual (desapropriante), excluindo-se o proprietário passado (desapropriado).
- (D) Fica isento de responsabilidade civil o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano ambiental, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente.
- (E) A comprovação de responsabilidade do poluidor direto exclui a do Poder Público, mesmo se comprovada omissão relevante deste para ocorrência do dano.

57

Com relação à tutela provisória, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A tutela provisória deve se fundamentar em urgência, somente.
- (B) Se por qualquer motivo cessar a eficácia da tutela cautelar em caráter antecedente, a parte poderá renovar o pedido pelo mesmo fundamento.
- (C) A tutela provisória de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental.
- (D) A tutela de evidência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (E) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.

58

Cerca de trinta moradores diretamente afetados propuseram ação cível em face de uma empresa mineradora de grande porte, requerendo a imediata suspensão de suas atividades, pois estavam em desconformidade com o licenciamento ambiental quanto ao nível de ruídos. No decorrer do processo, houve a intervenção do Município. Paralelamente, a mineradora ré alegou em sua contestação que, caso venha a ser condenada, tem o direito de reaver os custos regressivamente de uma empresa que contratou especificamente para realizar as medições dos ruídos de forma periódica, requerendo a integração desta última ao processo. Considerando os fatos narrados e as regras que disciplinam o litisconsórcio e a intervenção de terceiros no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município ingressará no feito na modalidade de assistência simples, qualificando-se como assistente dos Autores; contudo, se os Autores decidirem desistir da ação por qualquer motivo, os moradores não poderão prosseguir com o debate do mérito, pois o assistente simples não dispõe de autonomia processual.
- (B) Se o juiz verificar que o número de moradores no polo ativo é excessivo, a ponto de comprometer a rápida solução do litígio e eventual cumprimento da sentença, poderá limitar o litisconsórcio facultativo multitudinário, decisão esta que interromperá o prazo para a resposta da ré.
- (C) Para que a mineradora ré possa trazer ao processo a empresa por ela contratada, visando garantir o seu direito de regresso contratual para o caso de vir a perder a demanda, a modalidade de intervenção de terceiros tecnicamente correta a ser promovida na contestação é o chamamento ao processo.
- (D) O pedido de assistência formulado pelo Município suspende o curso do processo principal por até trinta dias, prazo no qual as partes originais serão intimadas para manifestar concordância ou impugnação ao ingresso do terceiro.
- (E) Caso a mineradora opte por instaurar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica para redirecionar a responsabilidade ambiental aos bens particulares dos sócios da empresa por ela contratada, o acolhimento do incidente implicará a exclusão imediata da pessoa jurídica do polo passivo da relação processual.

59

De acordo com o Código de Processo Civil, incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar as matérias preliminares, dentre as quais o juiz conhecerá de ofício, EXCETO

- (A) a inexistência ou nulidade da citação e incompetência absoluta.
- (B) a perempção e a litispendência.
- (C) a incorreção do valor da causa e a inépcia da petição inicial.
- (D) a convenção de arbitragem e a incompetência relativa.
- (E) a coisa julgada e a conexão.

60

Em uma ação civil pública proposta pelo MPGO para a proteção do patrimônio histórico local, o Juiz de Direito da Vara Cível proferiu uma decisão determinando que o Município (réu) apresentasse um plano de reforma de um casarão tombado. A intimação dessa decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça eletrônico (DJe) em uma sexta-feira, mesmo dia em que houve intimação pessoal do Ministério Público. Diante da urgência e do risco de desabamento, o Promotor de Justiça peticionou nos autos requerendo tutela de urgência para a realização de uma inspeção judicial imediata no imóvel, argumentando que a medida deveria ser cumprida inclusive durante o período de férias forenses que se aproximava. Considerando a situação hipotética e as regras do Código de Processo Civil que regem os prazos, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico, iniciando-se a contagem do prazo processual para o Ministério Público no primeiro dia útil que se seguir a sua intimação pessoal.
- (B) Os atos processuais devem ser realizados em dias úteis, das 6 horas às 20 horas; logo, a inspeção judicial, por ser um ato praticado em local externo, não poderá prosseguir após as 20 horas, ainda que o adiamento gere grave prejuízo à preservação do imóvel.
- (C) A prática de atos processuais pela parte ou pelo Ministério Público fica inteiramente suspensa durante as férias forenses, razão pela qual o pedido de inspeção urgente só poderá ser apreciado e cumprido pelo juízo após o término do período de recesso.
- (D) Se o juiz fixar um prazo judicial para que o perito assista à inspeção e omitir o tempo para cumprimento, o prazo legal substitutivo para a realização do ato, na ausência de omissão da lei, será de 15 (quinze) dias úteis.
- (E) Durante o recesso forense ou as férias, podem ser praticados os atos de jurisdição voluntária e as citações e penhoras, mas a tutela de urgência pleiteada pelo Ministério Público para a preservação do casarão não se enquadra nas exceções legais de cumprimento imediato.

61

Sobre a Resolução CNMP nº 23/2007, que disciplina a instauração e a tramitação do inquérito civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito civil é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, mas não para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.
- (B) O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual prazo por até três vezes, em caso de motivo justificável.
- (C) O Ministério Público poderá deprecar diretamente a qualquer órgão de execução a realização de diligências necessárias para a investigação.
- (D) A decisão do membro do Ministério Público que indeferir o pedido de instauração de inquérito civil é irrecorrível. Caso a decisão seja do Procurador-Geral no exercício de atribuição originária, caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de 10 (dez) dias.
- (E) Após a instauração do inquérito civil ou do procedimento preparatório, quando o membro que o preside concluir ser atribuição de outro Ministério Público, este deverá proferir sua decisão de arquivamento, dispensado o referendo do órgão de revisão competente.

62

Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) O Ministério Público não tem legitimidade para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos sociais relacionados ao FGTS, por se tratar de direito individual.
- (B) O Ministério Público não tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT, por se tratar de direito individual.
- (C) O Ministério Público possui legitimidade para, em ação civil pública, deduzir em juízo pretensão de natureza tributária em defesa dos contribuintes que vise questionar a constitucionalidade/legalidade de tributo.
- (D) O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória obsta a propositura de ação civil pública em defesa do patrimônio público para discutir a dominialidade do bem expropriado.
- (E) O Ministério Público é parte legítima para pleitear tratamento médico ou entrega de medicamentos nas demandas de saúde propostas contra os entes federativos, mesmo quando se tratar de feitos contendo beneficiários individualizados, porque se trata de direitos individuais indisponíveis.

63

João, de 6 anos de idade, representado por sua mãe, Maria, é beneficiário de pensão alimentícia fixada em título executivo extrajudicial, cuja prestação é devida por seu pai, Pedro, no valor equivalente a um salário-mínimo mensal. Pedro, que trabalha como gerente administrativo em uma empresa privada, deixou de pagar a verba alimentar por 4 (quatro) meses consecutivos. Diante da inadimplência e visando à garantia dos direitos da criança, foi proposta ação de execução de título extrajudicial. O Ministério Público foi intimado para intervir no feito na qualidade de fiscal da ordem jurídica. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo opção pelo procedimento de execução por quantia certa em detrimento da execução de alimentos, ocorrendo a penhora em dinheiro, no caso de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, o exequente não poderá levantar mensalmente a importância da prestação.
- (B) Se for optado pelo procedimento da execução de alimentos, Pedro será citado para, em 3 (três) dias, pagar as 3 (três) prestações anteriores à propositura da execução. O pagamento das 3 (três) prestações anteriores à propositura da ação impede a prisão civil quanto às parcelas que vencerem no curso do processo.
- (C) Caso Pedro apresente justificativa alegando desemprego parcial e o juiz a rejeite, decretando a prisão civil pelo prazo de 20 (vinte) dias em regime semiaberto, o Ministério Público poderá interpor recurso, pois a legislação exige expressamente o prazo mínimo de 1 (um) mês, bem como o cumprimento em regime fechado e separado dos presos comuns.
- (D) Se o exequente optar pelo procedimento de execução por quantia certa em detrimento da execução de alimentos, Pedro ainda assim poderá ter sua prisão civil decretada caso a penhora de dinheiro resulte infrutífera.
- (E) O pagamento parcial do débito alimentar acumulado é suficiente para que o Ministério Público opine pela suspensão imediata da ordem de prisão civil, cabendo a cobrança do saldo restante pelo rito da constrição patrimonial.

64

No âmbito da ação popular, a legitimação bifronte (intervenção móvel ou migração pendular) ocorre quando

- (A) a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação se abstém de contestar o pedido, ou atua ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- (B) o Ministério Público assume a defesa do ato objeto de impugnação na ação.
- (C) o autor modifica, por 2 (duas) ou mais vezes, o polo passivo da ação.
- (D) o Ministério Público é o autor da ação e consta no polo passivo o Estado a que pertence.
- (E) há 2 (duas) ou mais pessoas no polo ativo ou passivo da ação.

65

Assinale a alternativa correta nos termos do Código de Processo Civil.

- (A) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte, mas, interposto o recurso, a desistência depende de anuência do recorrido ou dos litisconsortes.
- (B) Ao contrário do que ocorre com a expressa, a aceitação tácita da decisão não impede a parte de recorrer.
- (C) Havendo desistência do recurso, a análise e o julgamento de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida ou de recursos extraordinários ou especiais repetitivos ficarão prejudicados.
- (D) O recurso interposto por um dos litisconsortes é aproveitado por todos, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- (E) São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias.

66

Sobre a produção antecipada da prova, nos termos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Ainda que haja fundado receio de que venha a se tornar impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos, não será admitida a produção antecipada da prova na pendência da ação.
- (B) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- (C) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (D) O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova requerida em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal se, na localidade, não houver vara federal.
- (E) O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a citação de interessados na produção da prova ou no fato a ser provado para apresentar defesa, salvo se inexistente caráter contencioso.

Ética no Serviço Público

67

Durante procedimento investigatório instaurado para apurar fraudes em contratos administrativos celebrados por determinado município goiano, verificou-se que a empresa Obras Engenharia S.A. teria participado de ajuste fraudulento destinado a frustrar o caráter competitivo de procedimento licitatório, além de realizar pagamentos indevidos a agentes públicos para obtenção de vantagens relacionadas à execução contratual. No curso das investigações, a empresa procurou espontaneamente a autoridade competente e foi a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito, manifestando seu interesse na celebração de acordo de leniência. Contudo, a empresa se negou a admitir sua participação no ato ilícito e comprovou ter cessado seu envolvimento nos contratos e atos investigados. Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa correta.

- (A) O acordo de leniência poderá ser celebrado, uma vez que, para tanto, basta que a empresa seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.
- (B) O acordo de leniência poderá ser celebrado apenas se a empresa, além de ser primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito, cessar seu envolvimento com os atos apurados, admitir sua participação no ilícito e cooperar permanentemente com as investigações e o processo administrativo.
- (C) O acordo de leniência poderá ser celebrado, uma vez que, para tanto, basta que a empresa seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito e cesse seu envolvimento com os atos apurados.
- (D) O acordo de leniência poderá ser celebrado independentemente de a empresa ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito, desde que cesse seu envolvimento com os atos apurados.
- (E) O acordo de leniência poderá ser celebrado desde que a empresa admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, independentemente de ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito.

68

Com base no que dispõe a Lei nº 14.230/2021, que trata sobre improbidade administrativa, constituem ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

- I. negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- II. agir ilicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- III. agir para a configuração de ilícito na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- IV. utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º dessa lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

Estão corretas:

- (A) apenas II e III.
- (B) apenas I e III.
- (C) apenas II e IV.
- (D) apenas I, II e IV.
- (E) apenas III e IV.

69

Durante investigação instaurada para apurar possível prática de fraude em uma licitação, o Ministério Público requisitou a determinado município o encaminhamento integral de banco de dados contendo informações pessoais de usuários cadastrados em programa municipal de assistência habitacional, incluindo CPF, renda familiar, endereço residencial, composição do núcleo familiar e registros de vulnerabilidade social. Ao cumprir parcialmente a requisição, o ente municipal suprimiu algumas informações constantes da base de dados e justificou a restrição sob o argumento de que determinados dados seriam classificados como “dados pessoais sensíveis”, cujo compartilhamento dependeria de consentimento prévio dos titulares. Com base no que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), assinale a alternativa correta.

- (A) O tratamento de dados sensíveis pelo poder público depende sempre de consentimento do titular.
- (B) O tratamento de dados sensíveis poderá ocorrer sem consentimento para execução de políticas públicas previstas em lei ou regulamento.
- (C) O compartilhamento de dados sensíveis entre órgãos públicos exige autorização judicial prévia.
- (D) A LGPD proíbe o tratamento de dados sensíveis relacionados à vulnerabilidade social.
- (E) O compartilhamento de dados sensíveis entre órgãos públicos somente é permitido após anonimização integral dos dados, para assegurar a proteção da identidade.

70

A Resolução nº 89/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Com base nessa resolução, as decisões que indeferirem o acesso à informação ou às razões da negativa de acesso

- (A) são definitivas, sendo a concessão do acesso uma prerrogativa do órgão público responsável pelo tratamento dos dados.
- (B) poderão ser revistas administrativamente quando houver demonstração de fato novo relevante capaz de modificar a decisão originalmente proferida.
- (C) poderão ser reapreciadas administrativamente mediante requerimento do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, que será dirigido ao órgão colegiado para apreciação.
- (D) estarão sujeitas a recurso no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência, dirigido, na ausência de normativa específica do Ministério Público, ao órgão hierarquicamente superior.
- (E) dependerão de expressa autorização da autoridade responsável pela classificação do sigilo para eventual reexame administrativo do indeferimento realizado.

Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões de 71 a 77.

O amigo pessoal e o seu contrário, o amigo coletivo

Categoria difere do colega ou do conhecido, que curiosamente é como chamamos quem não conhecemos muito bem

Gregório Duvivier

Você já deve ter ouvido a expressão, em geral na negativa. “Conheço o fulano, mas não é meu amigo pessoal.” Gosto dessa categoria tão brasileira. Não consigo imaginar a expressão em outras línguas. A busca por “personal friend” no Google revela um serviço de aluguel de amigos. Curiosamente “amigo pessoal” em inglês é amigo profissional.

No Brasil, a categoria confunde porque pressupõe que existam outros tipos de amigo. Parece que dá para contrair amizade sem passar pela pessoa física. “O fulano é meu amigo espiritual. Beltrano? Meu amigo jurídico.”

O conceito, no entanto, faz sentido. Nem todo amigo tem uma relação individual com você. Alguns amigos da vida toda nunca ficaram no mano a mano. Todo o mundo tem amigos pessoais e tem amigos coletivos. O fenômeno acontece quando relação não é direta, intransferível, mas mediada por uma turma.

Atenção: o amigo coletivo difere do colega ou do “conhecido”, que curiosamente é como chamamos aquele que não conhecemos muito bem. Difere mais ainda do semiconhecido, aquele que conhecemos menos ainda. Existe uma hierarquia: o semiconhecido está abaixo do conhecido, que vem logo abaixo do colega, que vem antes do amigo coletivo, que precede o amigo pessoal.

Do conhecido você sabe o nome, do amigo coletivo você sabe o signo, do amigo pessoal você conhece o funcionamento do intestino. Você sabe o bairro onde o conhecido mora, do amigo coletivo você sabe a rua — do amigo pessoal você sabe o prédio, o apartamento e a senha do wifi — quando não sabe, adivinha.

Puristas da amizade dirão que amigos não pessoais não podem ser chamados de amigos. Discordo. O amigo grupal tem, sim, seu valor. Diverte, preenche, entretém. E o mais importante: é dele que pode nascer, um belo dia, quando menos se espera, o amigo pessoal.

Basta chover um pouco mais. E vocês fiquem ilhados no escritório. Ou basta um porre, uma viagem, um acidente, um pneu furado. O que separa um amigo coletivo de um amigo pessoal, muitas vezes, é um perrengue. Mas pode ser uma carona — de preferência daquelas demoradas, na hora do rush. Se cair um temporal, melhor ainda. Entre um silêncio e outro, você vai abrir uma chaga, e ele vai compartilhar uma memória, você vai rebater com uma esperança, ele vai contar um segredo. Pronto. Ali, na avenida Brasil alagada, sob o abrigo de um palio weekend, o amigo pessoal acaba de nascer.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregoriouduvivier/2022/04/o-amigo-pessoal-e-o-seu-contrario-o-amigo-coletivo.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2026.

71

Assinale a alternativa em que a conjunção destacada sinaliza a relação sintático-semântica indicada entre parênteses.

- (A) “No Brasil, a categoria confunde porque pressupõe que existam outros tipos de amigo.” (consequência).
- (B) “Todo o mundo tem amigos pessoais e tem amigos coletivos.” (comparação).
- (C) “O fenômeno acontece quando a relação não é direta, intransferível [...]” (concessão).
- (D) “Conheço o fulano, mas não é meu amigo pessoal.” (oposição).
- (E) “Puristas da amizade dirão que amigos não pessoais não podem ser chamados de amigos.” (adição).

72

Assinale a alternativa que analisa corretamente o termo destacado.

- (A) Em “Você sabe o bairro onde o conhecido mora, do amigo coletivo você sabe a rua [...]”, o termo destacado é um advérbio que indica um lugar.
- (B) Em “Parece que dá para contrair amizade sem passar pela pessoa física.”, o termo destacado é um verbo que assume uma função modalizadora no enunciado.
- (C) Em “Discordo. O amigo grupal tem, sim, seu valor. Diverte, preenche, entretém.”, o termo destacado é um substantivo que indica uma afirmação.
- (D) Em “Curiosamente ‘amigo pessoal’ em inglês é amigo profissional.”, o termo destacado é um advérbio de modo que modifica a expressão “amigo pessoal”.
- (E) Em “Atenção: o amigo coletivo difere do colega ou do ‘conhecido’ [...]”, o termo destacado é um verbo no imperativo direcionado ao leitor do texto.

73

Assinale a alternativa que analisa corretamente o verbo auxiliar destacado.

- (A) Em “Entre um silêncio e outro, você vai abrir uma chaga [...]”, “vai” é um verbo auxiliar modal que indica certeza.
- (B) Em “[...] sob o abrigo de um palio weekend, o amigo pessoal acaba de nascer.”, “acaba” é um verbo auxiliar aspectual que indica o desenvolvimento gradual da ação de “nascer”.
- (C) Em “Você já deve ter ouvido a expressão, em geral na negativa.”, “deve” é um verbo auxiliar modal que indica obrigação.
- (D) Em “Não consigo imaginar a expressão em outras línguas.”, “consigo” é um verbo auxiliar modal que indica consecução.
- (E) Em “[...] é dele que pode nascer, um belo dia, quando menos se espera, o amigo pessoal.”, “pode” é um verbo auxiliar modal que indica permissão.

74

Acerca da expressão destacada, assinale a alternativa correta.

- (A) Em “O fulano é meu amigo espiritual. Beltrano? Meu amigo jurídico.”, “fulano” é usado em sentido pejorativo.
- (B) Em “Ou basta um porre, uma viagem, um acidente, um pneu furado.”, “porre” apresenta o mesmo sentido que em “Este filme está um porre, acho melhor mudar de canal.”.
- (C) Em “O que separa um amigo coletivo de um amigo pessoal, muitas vezes, é um perrengue.”, “perrengue” é uma variante linguística histórica, considerada um arcaísmo no português.
- (D) Em “Mas pode ser uma carona — de preferência daquelas demoradas, na hora do rush.”, a expressão destacada é, no Brasil, uma variante de “horário de pico” ou “horário de pique”.
- (E) Em “Alguns amigos da vida toda nunca ficaram no mano a mano.”, a expressão destacada veicula o sentido de “briga física em que se usam as mãos”.

75

Assinale a alternativa que analisa corretamente o termo destacado.

- (A) Em “Puristas da amizade dirão que amigos não pessoais não podem ser chamados de amigos.”, “puristas” se refere a pessoas que defendem a importância de amizades verdadeiras.
- (B) Em “Parece que dá para contrair amizade sem passar pela pessoa física.”, “contrair” é utilizado em sentido figurado, já que é associado a um aspecto negativo, como se a amizade fosse uma doença.
- (C) O termo destacado em “[...] sob o abrigo de um palio weekend, o amigo pessoal acaba de nascer.” tem como antônimo “sub”. Enquanto o primeiro significa “abaixo”, o segundo significa “dentro”.
- (D) O termo destacado em “Basta chover um pouco mais. E vocês fiquem ilhados no escritório.” tem sentido semelhante ao empregado em “Basta, eu quero paz”.
- (E) Em “Todo o mundo tem amigos pessoais e tem amigos coletivos.”, “todo o mundo” é sinônimo de “todo mundo”, diferentemente do que ocorre em “A mudança climática é um fenômeno que ocorre em todo o mundo”.

76

Referente à formação de palavras presentes no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A palavra “alagada” é formada por derivação parassintética, com a adição simultânea de um prefixo e um sufixo ao radical “lago”.
- (B) A palavra “semiconhecido” é formada por composição, a partir da junção dos substantivos “semi” e “conhecido”.
- (C) A palavra “compartilhar” é formada por derivação sufixal, com a adição do sufixo “-ilhar” ao verbo “compartir”.
- (D) Em “rebater” o prefixo “re-” veicula o sentido de intensidade; assim, a palavra assume um sentido semelhante a “bater com muita força”.
- (E) A palavra “intransferível” é formada a partir da adição dos afixos “in-”, “trans-” e “-ível” ao verbo “ferir”.

77

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que o autor

- (A) constrói, no título do texto, uma oposição entre “pessoal” e “coletivo” inédita na língua, ou seja, trata-se de um neologismo.
- (B) cria, no quinto parágrafo, uma gradação que vai de informações menos confidenciais a informações mais confidenciais.
- (C) demonstra que a categoria “amigo pessoal” está presente em diversas culturas, como a brasileira e a estadunidense.
- (D) defende que amigos coletivos são mais importantes do que amigos pessoais, já que eles divertem, preenchem e entretêm o grupo.
- (E) conclui que a amizade verdadeira nasce de momentos bons e tranquilos compartilhados com pessoas conhecidas há muito tempo.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 78 a 80.

Boas amizades mudam o jeito que você vê o mundo e seu reflexo

Melhores amigos ‘perdem’ os limites do ‘eu próprio’ e englobam características e sentimentos da outra pessoa

Redação Galileu

Mais que amigos, *friends*: novo estudo sugere que suas amizades moldam, literalmente, a maneira como você enxerga o mundo e até seu próprio reflexo (!). Não é à toa que você guarda ressentimentos indiretos contra pessoas que, de outra forma, não teria motivos para não gostar.

Publicada no *Journal of Social and Personal Relationships*, a pesquisa realizou testes de imagens com participantes voluntários. Em um momento, os cientistas pediram que eles indicassem se a foto de um rosto que aparecia em uma tela pertencia a eles mesmos ou a outra pessoa.

De acordo com o relatório, os participantes demoraram mais tempo para distinguir sua própria imagem do que a de um amigo ou a de uma celebridade.

Para os pesquisadores, reconhecer um amigo como uma pessoa que não é você mesmo parece consumir energia extra da mente — seria um processo, e não somente uma reação intuitiva de parar, olhar para seu colega e pensar: “ah sim, é outra pessoa”.

O estudo não foi muito extenso, mas sugere que uma amizade próxima representa não só uma conexão entre, pelo menos, dois indivíduos, mas também a indefinição dos limites entre dois “eus”.

Outra pesquisa de 2013 descobriu que o cérebro reage da mesma maneira a uma ameaça contra um amigo como se fosse você que estivesse recebendo o sinal de perigo. Análises anteriores também apontaram que bons amigos agem como um “Google” para as histórias de vida um do outro, no fenômeno chamado “memória transacionada”. Isso significa que você contou tantas coisas ao seu amigo que não precisa se esforçar para lembrar de algo, pois confia que a outra pessoa irá saber de algum fato se você precisar.

Segundo o portal *The Cut*, psicólogos nomeiam de “auto-expansão” a ideia de que, à medida que uma amizade se aprofunda, seu senso de si cresce, chegando a abranger parte do outro indivíduo dentro de si próprio. Ou seja, você envolve seus amigos no âmago da sua personalidade, até no mais básico sentimento.

Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/08/boas-amizades-mudam-o-jeito-que-voce-ve-o-mundo-e-seu-reflexo.html>. Acesso em: 17 jun. 2026.

78

Assinale a alternativa em que o “se” destacado cumpre a mesma função que o “que” em “[...] novo estudo sugere que suas amizades moldam, literalmente, a maneira como você enxerga [...]”.

- (A) “[...] psicólogos nomeiam de ‘auto-expansão’ a ideia de que, à medida que uma amizade se aprofunda, seu senso de si cresce [...]”.
- (B) “[...] o cérebro reage da mesma maneira a uma ameaça contra um amigo como se fosse você que estivesse recebendo o sinal de perigo.”.
- (C) “[...] os cientistas pediram que eles indicassem se a foto de um rosto que aparecia em uma tela pertencia a eles mesmos ou a outra pessoa.”.
- (D) “Isso significa que você contou tantas coisas ao seu amigo que não precisa se esforçar para lembrar de algo [...]”.
- (E) “[...] não precisa se esforçar para lembrar de algo, pois confia que a outra pessoa irá saber de algum fato se você precisar.”.

79

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- (A) a primeira pesquisa mencionada no texto foi realizada a partir de questionários em que se perguntava aos participantes quanto tempo eles demoravam para reconhecer seus amigos.
- (B) a primeira pesquisa mencionada no texto concluiu que as pessoas sentem mais empatia por seus amigos, o que faz com que mesquem suas identidades às deles.
- (C) a segunda pesquisa mencionada no texto demonstra que as pessoas tendem a proteger seus amigos contra uma ameaça, visto que o cérebro prioriza a manutenção da amizade.
- (D) o fenômeno chamado de “memória transacionada” ocorre quando duas pessoas partilham experiências juntas, o que faz com que ambas possuam as mesmas lembranças.
- (E) tanto o que os psicólogos nomeiam de “auto-expansão” quanto as pesquisas mencionadas no texto apontam para a ausência de uma fronteira rígida entre o “eu” e o “outro”.

80

Assinale a alternativa que analisa corretamente o excerto “Segundo o portal *The Cut*, psicólogos nomeiam de ‘auto-expansão’ a ideia de que, à medida que uma amizade se aprofunda, seu senso de si cresce [...]”.

- (A) A oração iniciada por “à medida que” expressa a causa do evento presente na oração posterior.
- (B) A primeira vírgula presente no excerto é de uso facultativo, visto que tem a função estilística de gerar uma pausa dramática no excerto.
- (C) O termo “seu” é um pronome possessivo que atua na coesão textual retomando a palavra “psicólogos”.
- (D) Em “auto-expansão”, o uso do hífen está de acordo com as regras atuais de ortografia, pois o segundo elemento se inicia com uma vogal.
- (E) O pronome “se” não pode ser movido para depois do verbo sem que isso infrinja as regras de colocação pronominal da norma-padrão.

